

**ACTA**

Aos catorze dias do mês de Julho do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Domingos Bragança Salgado e Alexandra Parada Barbosa Gesta, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereadora Luísa Oliveira – a) – Disse ter constatado que algumas lacunas que havia apontado ao site da Câmara Municipal na sua intervenção de 27 de Janeiro último, encontravam-se agora corrigidas, estando já disponível informação relativa à Rede Social e ao Ano Internacional das Florestas, faltando, no entanto, informação actualizada sobre a Agenda 21 Local. Acrescentou que, na sua opinião, o site do Município poderia ser o espelho do que se passa na cidade, nesta fase de transformação para a CEC 2012, informando e esclarecendo os munícipes sobre as obras em curso. Por último, disse que o site da Câmara Municipal poderia servir de instrumento de aprendizagem a estudantes e formandos da área da informática. **b)** – Perguntou que obras irão ser levadas a cabo no Convento das Dominicas. **2 – Vereador André Coelho Lima –**

Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: "Como é do conhecimento público, o PSD solicitou e levou a cabo, recentemente, reuniões com a Fundação Cidade de Guimarães (FCG) e Cooperativa OFICINA, que haviam sido agendadas com o objectivo único de nos procurarmos inteirar acerca dos fundamentos das declarações do Presidente de Câmara, na primeira reunião da última Assembleia Municipal. Além de termos sido postos a par dos referidos fundamentos, das reuniões soubemos sumariamente (e sem entrar em pormenores): Que as razões que haviam justificado a intervenção do Presidente de Câmara, já não existem na data presente; Que essas razões, já não existiriam até, na data da Assembleia Municipal. Não nos interessa, francamente, relevar esta última questão. Que não é de todo importante para o desfecho desta situação. A intervenção do Presidente de Câmara realizada na Assembleia Municipal, há-de ter sido – certamente – assente na convicção da sua actualidade, e assente seguramente em errónea informação, por acção ou por ocultação. O que nos interessa nesta fase é trazer este assunto a este órgão, com o propósito **único** de conceder uma oportunidade para um cabal esclarecimento, ao órgão competente. Não um esclarecimento quanto às datas nas quais houve ou deixou de haver aprovação das candidaturas e assinatura dos protocolos. Isso pouco interessa agora. Mas um esclarecimento quanto ao futuro, quanto à efectiva ultrapassagem – ainda que tardia – deste obstáculo de natureza formal, no fundo quanto à possibilidade de começarmos a ter uma CEC/2012 com céu aberto, sem um constante espectro de conflitualidade latente, o que já tarda. Recordo que o Presidente interveio no Conselho Geral de Março, com aprovação expressa ou tácita de todos os partidos com



assento nesta Câmara. Pelo que, em abono da verdade, todos concordávamos com a necessidade dessa intervenção, numa área que à partida lhe não estaria acometida, e dela fomos previamente informados. Pelo que naturalmente reconhecemos, pelo menos da parte do PSD, que efectivamente houve coisas que demoraram mais tempo do que aquele que seria necessário e aceitável, houve processos que demoraram a tomar forma. Tudo isso reconhecemos e foi aliás notório. Por isso concordamos com as suas declarações ao Guimarães Digital, quando diz que *"tudo o que se fez por parte da Câmara, não deveria ter sido necessário"*, no que concordamos, e acrescentamos: por isso consideramos que o que foi feito a seguir foi também manifestamente desnecessário: Desnecessário no tempo; Desnecessário no modo (*"não era preciso sermos tão contundentes"*). Neste processo, o PSD tem, desde o início, mantido sempre a maior coerência na sua postura. Sempre a favor da serenidade, sempre a favor da tranquilidade, não contribuindo para levantar ondas. Tivemos muitos temas, a começar pelo dos vencimentos com particulares responsabilidade por parte do Presidente da Comissão de Vencimentos, mas que abdicamos de explorar por essa via. Neste particular a nossa postura mantém-se. Não nos interessam as claras intempestividades e os claros excessos deste último episódio. Interessa-nos – e é para isso esta intervenção – poder contribuir para a serenidade e para afastar as nuvens negras da CEC/2012, porque, como manifestou o Presidente de Câmara *"motiva-nos o projecto para Guimarães e não para A ou para B"*, concordamos que acabou por se desatar *"um laço que não precisava de tanta polémica à volta dele"* e o que queremos também é que *"tudo corra no melhor dos mundos"*. Em conclusão, o que interessa é que saia desta reunião um esclarecimento. O que interessa é que saia desta reunião um sinal

claro de pacificação. Porque é Guimarães, e é a nossa CEC, que disso está necessitada. E é nesse sentido esta intervenção". **3 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Solicitou esclarecimentos sobre o relacionamento da Câmara Municipal com a Fundação Cidade de Guimarães, na sequência da reprovação pública, feita há duas semanas atrás em sede de Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal ao desempenho do Conselho de Administração daquela Fundação. **4 – Vereadora Francisca Abreu** – Informou que os desempenhos dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico da NUT III do Ave, nas provas de Língua Português e Matemática são superiores à média nacional, tendo por base os testes intermédios do ano lectivo 2009/2010. **5 – Vereador José Augusto Araújo** – Deu conhecimento – lançando simultaneamente um alerta – de que é intenção da Autarquia participar às autoridades policiais competentes a ocorrência de contactos telefónicos feitos junto de funcionárias de escolas do concelho por alguém que se identifica como estando ao serviço da Câmara Municipal e que, alegando a necessidade de agendar consultas médicas e exames de diagnóstico, o autor destes contactos acaba por orientar as conversas para aspectos da vida íntima e do foro privado. **6 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções, esclareceu – **a)** – Sobre o Convento das Dominicas disse que na próxima reunião informará, em concreto, em que consistirá a intervenção naquele espaço; **b)** – Sobre o site da Câmara Municipal disse que os responsáveis pela sua actualização e manutenção tomarão em consideração, naturalmente, as sugestões feitas pela Vereadora Luísa Oliveira, no que for possível levar à prática. **c)** – Quanto ao desempenhos dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico da NUT III do Ave, nas provas de Língua Português e Matemática, disse tratar-se de um bom indicador de



sucesso, realçando o esforço colectivo que tem sido feito a este nível; **d)** - Sobre a informação apresentada pelo Vereador José Augusto Araújo reconheceu a complexidade da situação, considerando-a um atentado ao direito de reserva e de protecção da vida íntima; **e)** - Quanto às intervenções dos Vereadores André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro disse que os atrasos na candidatura da programação cultural a fundos comunitários e na contratualização da produção dos espectáculos integrados no evento do próximo ano provocaram um divórcio entre a Câmara Municipal e a Fundação Cidade de Guimarães e entre a referida Fundação e a cidade. Reiterou a reprovação pública feita há duas semanas atrás em sessão da Assembleia Municipal e deu conta que, face aos problemas, decidiu retirar a confiança política à Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães, Cristina de Azevedo. Disse aguardar, agora, que esta decisão produza consequências, esperando por uma reunião com o Secretário de Estado da Cultura, Francisco José Viegas, a quem já deu conhecimento desta decisão. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM O INSTITUTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (IGAP) – PROJECTO INTERNACIONAL “PRO-EXEMPLARIA –

Presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração celebrado com o Instituto de Gestão e Administração Pública tendo por objectivo estabelecer as actividades a desenvolver no âmbito do Projecto PRO-EXEMPLARIA. O referido Protocolo dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

PROCESSO RECRIA – COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – EDIFÍCIO SITO NA RUA DE VILA VERDE, N.º 2 – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – Presente a seguinte proposta:

“Em reunião de 12 de Junho de 2008 a Câmara Municipal aprovou, genericamente, o pagamento das participações devidas pelo Município no âmbito dos processos instruídos ao abrigo do Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), após aprovação da candidatura pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta proposta foi aprovada na sequência de dúvidas que se levantaram quanto à necessidade de, ainda que observados os dispositivos legais que aprovaram aquele Regime Especial, a transferência de verbas para os particulares carecer de deliberação camarária. Na sequência daquela deliberação genérica, e devido à imprevisibilidade do número de processos RECRIA a aprovar anualmente, foi entendido submeter a aprovação da Câmara Municipal os processos individualmente. Assim, no âmbito do processo RECRIA n.º 46, o Sr. Vasco Pimenta de Oliveira solicitou, na qualidade de proprietário do edifício sito na Rua de Vila Verde, n.º 2, freguesia de S. Sebastião, a realização de obras naquele imóvel ao abrigo do referido Programa RECRIA. Esta candidatura mereceu aprovação por parte do Município, em 21 de Setembro de 2009, e do IHRU, conforme ofício junto ao processo de 9 de Novembro de 2009, nas seguintes condições de participação: -

Custo total da obra	€45.588,50 (c/ IVA a 6%)
Participação total	€40.412,66(c/ IVA a 6%)
Participação do IHRU	€24.247,60 (c/ IVA a 6%)
Participação da CMG	€16.165,06 (c/ IVA a 6%)

Em 25 de Maio de 2011 a obra foi dada como concluída, tendo já sido apresentada, pelo empreiteiro, a factura relativa às obras realizadas. Sendo, agora, necessário proceder ao pagamento do valor que corresponde à participação do Município, propõe-se



que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22 de Dezembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROCESSO RECRIA – COMPARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – EDIFÍCIO SITO NA RUA DE VILA VERDE, N.ºS

4 E 6 – FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO – Presente a seguinte proposta: “Em reunião de 12 de Junho de 2008 a Câmara Municipal aprovou, genericamente, o pagamento das comparticipações devidas pelo Município no âmbito dos processos instruídos ao abrigo do Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA), após aprovação da candidatura pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Esta proposta foi aprovada na sequência de dúvidas que se levantaram quanto à necessidade de, ainda que observados os dispositivos legais que aprovaram aquele Regime Especial, a transferência de verbas para os particulares carecer de deliberação camarária. Na sequência daquela deliberação genérica, e devido à imprevisibilidade do número de processos RECRIA a aprovar anualmente, foi entendido submeter a aprovação da Câmara Municipal os processos individualmente. Assim, no âmbito do processo RECRIA n.º 47, o Sr. Vasco Pimenta de Oliveira solicitou, na qualidade de proprietário do edifício sito na Rua de Vila Verde, n.ºs 4 e 6, freguesia de S. Sebastião, a realização de obras naquele imóvel ao abrigo do referido Programa RECRIA. Esta candidatura mereceu aprovação por parte do Município, em 28 de Setembro de 2009, e do IHRU, conforme ofício junto ao processo de 16 de Novembro de 2009, nas seguintes condições de comparticipação: -

Custo total da obra	€103.132,70 (c/ IVA a 6%)
Comparticipação total	€79.266,04(c/ IVA a 6%)
Comparticipação do IHRU	€47.351,82 (c/ IVA a 5% na obra

	inicial e IVA a 6% nos trabalhos a mais)
Comparticipação da CMG	€31.914,22 (c/ IVA a 6%)
<p>Através de vistoria realizada a 4 de Julho de 2011 a obra foi dada como concluída, tendo já sido apresentada, pelo empreiteiro, a factura relativa às obras realizadas. Sendo, agora, necessário proceder ao pagamento do valor que corresponde à comparticipação do Município, propõe-se que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22 de Dezembro.”</p> <p>DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----</p> <p>CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AUDITORIA DE EXTENSÃO DO ÂMBITO DO SGQ ÀS DIVISÕES DE ARQUIVO MUNICIPAL E DE POLÍCIA MUNICIPAL – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Modernização Administrativa e da Qualidade: “1. Objecto: Realização de auditoria externa para efeitos de certificação do SGQ implementado nas Divisões de Polícia Municipal e Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, a realizar no ano de 2011 e realização de auditoria de acompanhamento do sistema, a realizar no ano de 2012. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e só podem ser realizados por empresa externa de certificação. Atendendo a que: O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do Município de Guimarães se encontra certificado pela SGS, ICS - Serviços Internacionais de Certificação, Lda.; Tais auditorias não podem ser dissociadas das auditorias já programadas para o actual SGQ já certificado, que ocorrerão em Setembro de 2011 e Maio de 2012; a presente prestação de serviços só poderá ser efectuada pela empresa de certificação atrás referida. Não foi consultado o Departamento de Recursos Humanos</p>	



quanto à existência de recursos internos disponíveis, porquanto se trata de um serviço que obrigatoriamente tem que ser prestado por entidade externa aos serviços. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização de duas auditorias da Qualidade, uma a realizar em Setembro de 2011 e outra em Maio de 2012, tendo em vista a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade nos serviços das Divisões de Polícia Municipal e de Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. b) A despesa anual estima-se em € 275,00 (duzentos e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02020220, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, nos termos do artº 128º do *Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos*. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (DIREITO) – Presente a

seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas na informação prestada pelo Director

do Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Dr. César Machado, propõe-se a contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (direito). O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal para 2010, aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 16 de Dezembro de 2010 o recrutamento para contratação por tempo indeterminado do supra referido posto de trabalho, cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 32 de 15 de Fevereiro de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não haver candidatos que satisfizessem os requisitos exigidos. Não foi registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. A presente proposta fundamenta-se, conforme referido naquela informação, da necessidade premente da ocupação do posto de trabalho. Ora, considerando que o procedimento concursal referido, aberto recentemente, ficou deserto, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município, pelo que se propõe se prossiga com procedimento com vista àquele recrutamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CASA DA MEMÓRIA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO – Presente a seguinte informação dos Serviços do



Departamento de Obras Municipais: "Decorrente da aceitação dos erros e omissões do caderno de encargos e esclarecimentos complementares, entende o júri propor a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas do presente procedimento até às 17:00 do dia 25 de Julho de 2011, nos termos do n.º 2 do art.º 64.º do Código dos Contratos Públicos, sendo a sua abertura pelas 10:00 do dia 26 de Julho de 2011." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRORROGAÇÃO DE PRAZO – Presente a

seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "A empreitada Centro de Formação Avançada e Pós-Graduada foi adjudicada a por deliberação da Câmara de 29 de Julho de 2010 à empresa Sociedade de Construções Guimar, S.A. A consignação dos trabalhos foi efectuada a 13 de Setembro de 2011 sendo o prazo para a sua execução de 300 dias pelo que a mesma deveria terminar no próximo dia 18 de Julho de 2011. O adjudicatário, Sociedade de Construções Guimar S.A., apresentou em 7 de Julho de 2011 um pedido de prorrogação de prazo para a conclusão da empreitada em epígrafe de 120 dias, de acordo com o documento que se anexa (doc.1). Foi solicitado aos projectistas informação sobre o mesmo, o qual mereceu um parecer favorável e que se anexa (doc.2). Como justificação para a apresentação do pedido de prorrogação de prazo, menciona a entidade adjudicatária três principais razões e que sinteticamente se resumem aos seguintes pontos: a) Quebras de rendimento na execução de micro-estacas e fundações; b) Inundações em obra; c) Execução da reparação de um troço do canal da Ribeira de Couros. Ao longo do acompanhamento técnico da execução da empreitada constatou-se a ocorrência de um conjunto de situações e

acontecimentos que influenciaram o prazo de execução, a fixação da sequência dos trabalhos parciais e dos recursos e meios com que o adjudicatário se propôs executar a empreitada. Para melhor compreensão apresentam-se seguidamente alguns factos relacionados com as condicionantes verificadas ao longo da execução da obra que influenciaram o prazo de execução da empreitada, resultantes desse mesmo acompanhamento. a) Na execução de micro-estacas o aparecimento de alguns lajeados e pedras de fundação das paredes de alvenaria no local de implantação das mesmas, condicionaram o ritmo de execução dos trabalhos, uma vez que para a execução das micor-estacas os referidos elementos tiveram de ser saneados e/ou removidos antes da furação das micro-estacas. Apesar de este facto só ter ocorrido na execução das micro-estacas do Edifício Sul e apenas se reflectir nas paredes periféricas desse corpo do edifício (29 da totalidade de 186 micro-estacas), originou uma quebra nos rendimentos dos equipamentos de perfuração. O tempo estimado para a execução das micro-estacas foi de 21 dias, sendo que o mesmo foi realizado entre o final de Novembro e o início de Fevereiro, ou seja sensivelmente 70 dias. A derrapagem do prazo deveu-se também à constante presença de água e de lama que condicionaram a movimentação dos equipamentos e pessoal em obra. Face a estas condicionantes consideramos que houve uma perturbação no desenvolvimento da tarefa do plano de trabalhos que justificam uma prorrogação de 49 dias. Durante a execução dos maciços de encabeçamento das micro-estacas, principalmente os maciços tipo M2, no perímetro do edifício Sul, a constante presença de água, as más condições climatéricas e o mau estado do terreno influenciaram o andamento dos trabalhos, uma vez que para estabilizar as paredes de alvenaria de pedra que não foram



demolidas, os maciços tiveram de ser executados de forma faseada e condicionada, de modo a não comprometer a estabilidade das próprias paredes. b) Para além das condicionantes acima referenciadas, verificaram-se mais quatro chuvadas nos dias 11 de Fevereiro de /2011, 19 de Fevereiro de 2011, 19 de Abril de 2011 e 29 de Abril de 2011, em que a intensidade de precipitação foi de tal modo elevada que originou grandes inundações, criando alturas de água dentro da obra de aproximadamente 1,00 m. Essas inundações obrigaram a que o adjudicatário parasse os trabalhos e retirasse toda a água das zonas afectadas. Para além disso, foi necessário proceder à limpeza e correcção de todos os danos causados para que posteriormente fossem retomados os trabalhos em execução antes da chuvada. A acrescentar a isso constatou-se que alguns materiais armazenados em obra sofreram danos irreversíveis e irrecuperáveis, sendo a única solução a nova aquisição dos mesmos por expensas do adjudicatário. Nas duas primeiras chuvadas que ocorreram em meados de Fevereiro, as principais implicações na obra foram a obstrução e o impedimento do desenvolvimento dos trabalhos de fundações, movimento de terras e execução de pavimento térreo. As chuvadas ocorridas em finais de Abril colidiram com a execução de lajes em pavimento térreo, de alvenarias interiores em tijolo, elementos verticais de betão armado (pilares, muros e paredes), impermeabilização de elementos enterrados, execução de redes de drenagem de águas residuais, pluviais e da rede de incêndio e execução das redes hidráulicas de climatização. Para as condicionantes de execução atrás referidas verifica-se que houve uma perturbação no normal andamento das tarefas com reflexo no plano de trabalhos originando um atraso justificável de 15 dias. c) Para além destas quatro inundações, foi necessário proceder à reparação de um

troço do canal da Ribeira de Couros que se desenvolvia no interior da empreitada. Para a realização dos trabalhos associados à reparação do troço do canal da Ribeira de Couros foi concedido um prazo de 30 dias, nos quais o adjudicatário esteve impedido de avançar com os restantes trabalhos que dele dependiam. A execução da referida reparação do canal, apenas condicionou o desenvolvimento dos trabalhos no corpo norte do edifício, sendo que durante a sua execução o adjudicatário esteve impedido de executar o pavimento térreo no edifício norte e todos os trabalhos subsequentes, como sejam execução de laje de pavimento térreo, alvenarias interiores, aplicação de asnas para coberturas e respectivos acabamentos. Face a estas condicionantes consideramos que houve uma perturbação no desenvolvimento da tarefa do plano de trabalhos que justificam uma prorrogação de 15 dias. No nosso entendimento estes acontecimentos originaram uma situação que tem implicações ao nível de alteração de contrato, nomeadamente quanto prazo de execução da empreitada. Efectivamente, o prazo que consta do contrato inicial é de 300 dias, prazo esse que neste momento não se revela suficiente para a conclusão da empreitada, pelos motivos atrás expostos. Assim, será necessário proceder a uma modificação objectiva do contrato, de acordo com o definido na alínea a) do ponto 1 do artigo 311º e alínea a) do artigo 312º do Código dos Contratos Públicos, uma vez que a situação supra descrita configura uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar. Propõe-se, assim, que seja concedida ao adjudicatário uma prorrogação de prazo de execução da obra de 79 dias, sem qualquer custo adicional para a Câmara, nomeadamente custos de indemnização, custos de estaleiro, reequilíbrio financeiro do contrato e consequente aumento de valor de revisão de preços,



nos termos do requerido pelo adjudicatário. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Convidou os Senhores Vereadores para, no final da presente reunião, conhecerem o sistema de projecção de informação geográfica sobre uma maqueta 3D do concelho de Guimarães, à escala 1:10 000, onde constará informação variada sobre as características do Município, montado na sala da antiga recepção da Câmara Municipal; **2** – Disse que já está elaborado o borrão da normativa que dará origem ao Regulamento do Plano Director Municipal decorrendo agora a avaliação do cruzamento deste com a matéria que decorre do “Licenciamento Zero”. Disse, ainda, que, simultaneamente, está também o estudo prévio do regulamento da ocupação da via pública em cruzamento com o “Licenciamento Zero”. **3** – Do ofício do Tribunal de Contas dando conhecimento que, em sessão diária de visto de 29 de Junho de 2011, foi deliberado conceder visto à empreitada “Plataforma das Artes”. ---

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do ofício da Assembleia Municipal número 57, datado de 4 de Julho de 2011, que comunica a aprovação, em sessão realizada no passado dia 30 de Junho, da Consolidação das Contas do Município de Guimarães”; **2** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 58 a 69 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 1 de Julho, das seguintes propostas: **a)** - “Sociedade Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia S.A. – Aumento de Capital”; **b)** - “Revisão Orçamental”; **c)** – “Alteração do Mapa de

Pessoal para 2011”; **d)** – “Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano – Transferência de Verbas do Município de Guimarães e Alteração dos Estatutos”; **e)** – “Prestação de Serviços de Transporte de Alunos – Ano Lectivo 2011/2012 – Concurso Público n.º 5/2011”; **f)** – “Fornecimento de Bens e Serviços – Proposta para Abertura de Concurso Público n.º 7/2011 – Fornecimento Contínuo de Gás Propano a Granel”; **g)** – “Fornecimento de Bens e Serviços – Proposta para Abertura de Concurso – Concurso Público n.º 8/2011 – Fornecimento de Refeições em Refeitórios Escolares por Empresa de Restauração para 2012 e 2013”; **h)** – “Definição dos Limites dos Concelhos de Guimarães e Póvoa de Lanhoso nas Freguesias de Donim e Santo Emilião”; **i)** – “Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães referente às Feiras de Selho S. Jorge, Caldas das Taipas, Brito e S. Torcato”; **j)** – “Projecto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Guimarães”; **k)** – “Taxas – Submissão de Pedidos On-line para Emissão de Certidões e Emissão de Certidões On-line – Criação de Novas Taxas”; **l)** – “Apoio às Associações Desportivas de Guimarães para a Época 2010/2011 – Alteração nos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo”; **2** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 8 de Julho de 2011, que concordou com a seguinte informação do Vereador José Augusto Araújo: **“Tolerâncias de ponto – Proposta de informação** – Em reunião de 12 de Abril de 1984, foi deliberado pela Câmara Municipal de Guimarães a concessão de tolerância de ponto aos trabalhadores do Município nos dias 24 e 26 de Dezembro, na 2ª Feira a seguir à Páscoa e na 2ª Feira das Festas Gualterianas. Desde então, tem vindo a ser observada essa prática, embora com algumas



excepções, nomeadamente desde que, por via de transferência de competências, o Município passou a tutelar o Pessoal Não Docente das Escolas do Ensino Básico. Contudo, considerando: - a crescente senescência de algumas das práticas sociais que melhor justificavam aquelas concessões; - a difícil articulação com as tolerâncias de ponto tradicional ou tempestivamente concedidas pelos sucessivos Governos aos trabalhadores da Administração Central, ainda com maior acuidade nos serviços públicos (e.g. escolas), agora, com colaboradores de diferentes tutelas; - o necessário alinhamento com as exigências que a todos os portugueses se colocam, face ao período de grandes dificuldades económicas que o país atravessa. Proponho ao Senhor Presidente que informe a Câmara que, em matéria de concessão de tolerâncias de ponto aos trabalhadores do Município, passa a vigorar o seguinte princípio: *Ponderadas as circunstâncias e especificidades locais, por despacho do Presidente de Câmara, pode ser concedida tolerância de ponto aos trabalhadores do Município em períodos coincidentes com os que forem determinados pelo Governo para os trabalhadores da Administração Central. Nas demais situações, caso a caso, quando for concedida tolerância de ponto noutros períodos, o Presidente da Câmara informará o órgão executivo dos motivos da decisão.*" -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. – **OBRAS PÚBLICAS – NOVO ACESSO PEVIDÉM S. CRISTÓVÃO DE SELHO – ERROS E OMISSÕES** – Presente a seguinte proposta

do Vereador Domingos Bragança: "Por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 29 de Junho de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do "Novo Acesso Pevidém S. Cristóvão de Selho". De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 29 de Junho de 2011. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS A REALIZAR NO MURO DE VEDAÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE CALDELAS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "O Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Caldelas informou esta Câmara Municipal do mau estado e risco de queda do muro de vedação do terreno daquele Posto Territorial, solicitando a avaliação da situação, assim como a execução das obras necessárias, manifestando a disponibilidade de cedência de uma parcela de terreno nesse local para alargamento do entroncamento. Após avaliação do Departamento de Obras Municipais, verifica-se que as fundações daquele muro de vedação ficaram expostas, aquando a execução da obra referente à 2ª e 3ª fase da Variante Urbana de Caldelas, resultando das cotas



necessárias à confluência da Variante com a Rua 1º de Maio. Estima-se o valor de €11.694,00 (onze mil seiscentos e noventa e quatro euros), mais IVA, para a realização dos trabalhos relativos à reparação/execução do muro de vedação. Assim, por tal imóvel não ser pertença do Município, proponho que a Câmara Municipal autorize a realização desta despesa naquele muro, importando num custo total de €11.694,00 (onze mil seiscentos e noventa e quatro euros), mais IVA.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.03.03.08.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS – FREGUESIA DE PINHEIRO –
REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENVOLVENTE DA IGREJA –**

Presente a seguinte proposta: "A Junta de Freguesia de Pinheiro pretende levar a efeito obras de requalificação do espaço envolvente da Igreja, nomeadamente através da construção de um parque de estacionamento e respectivo muro de suporte, de forma a disciplinar o estacionamento e evitar a perturbação das cerimónias religiosas. Para o efeito solicitou a esta Câmara Municipal um apoio financeiro para comparticipação nos seus custos, tendo apresentado um orçamento no valor de €45.000,00 (quarenta e cinco mil euros). Na sequência deste pedido os serviços do Departamento de Obras Municipais informaram que o valor das obras a executar se estima em €33.179,10 (trinta e três mil cento e setenta e nove euros e dez cêntimos), conforme mapa de medições e orçamento junto ao processo. Considerando o interesse público de tais obras para a freguesia, assim como o valor da despesa, proponho a transferência da verba de €15.000,00 (quinze mil euros) para a Freguesia de Pinheiro, a pagar após autos de medição do Departamento de Obras

Municipais, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº. 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e tendo em consideração a autorização concedida pela Assembleia Municipal, em sessão de 10 de Dezembro de 2010." Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE ABAÇÃO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Abação a execução da obra de "Pavimentação da Rua S. José", pelo valor de €18.837,68. Contudo, a Junta de Freguesia de Abação, em ofício dirigido a este Município, solicita uma alteração ao objecto do protocolo, porquanto a obra acima mencionada ultrapassar o valor atribuído. Assim, submete-se á aprovação do executivo camarário, uma alteração ao protocolo celebrado em 7 de Abril de 2011, na sua cláusula 1.ª, delegando a Câmara na Junta de Freguesia de Abação a execução das seguintes obras: "Alargamento (parte da rua) e pavimentação da Rua de Vila Ana; Pavimentação de uma pequena parte da Rua de Portela; Pavimentação de uma parte da Rua de Carvalho; Pavimentação de uma parte da Rua das Flores; Reparação da Rua Campo do Adro e Requalificação das grades e portões dos cemitérios". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE ATÃES – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO – Presente a seguinte proposta do



Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Atães a execução de um ringue desportivo pelo valor de 20.169,66 euros. Contudo, a referida Junta de Freguesia, em ofício dirigido a este Município, solicita que a execução do ringue desportivo fique adiado para o ano de 2012 e que a verba que lhe estava afecta, no valor de €20.169,66, seja aplicada no alargamento e pavimentação de algumas ruas e nas obras de beneficiação do edifício Sede da Junta de Freguesia, de modo a dotá-la de melhores condições de utilização. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário, uma alteração ao protocolo celebrado em 8 de Abril de 2011, na sua cláusula 1.ª, delegando a Câmara na Junta de Freguesia de Atães o alargamento da Rua da Ordinha, pelo valor de €8.169,66. Mais se propõe que seja celebrado com a referida Junta de Freguesia um Protocolo de Atribuição de Subsídio para execução de obras de beneficiação do Edifício da Sede da Junta de Freguesia, pelo valor de €12.000,00, perfazendo, assim, o montante atribuído por deliberação de 7 de Abril de 2011." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -- JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por deliberação de 7 de Abril de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectiva Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio, cabendo a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011. A Junta de Freguesia de Moreira

de Cónegos solicitou que a verba de €31.616,84 se destinasse à adaptação de parte do edifício sede da Junta de Freguesia para sanitários públicos, tendo sido celebrado, em 12 de Abril de 2011, o respectivo Protocolo de Atribuição de Subsídio. Contudo, a referida Autarquia solicita, através de ofício, a inclusão das obras de requalificação da Carral do Hospital/Megide e área envolvente, bem como a execução de passeios na Estrada Municipal 512 que, por lapso, não foram oportunamente solicitadas para constituírem objecto do protocolo acima mencionado. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário uma alteração ao Protocolo de Atribuição de Subsídio celebrado em 12 de Abril de 2011 no n.º 1 da Cláusula 2.ª, passando a ter a seguinte redacção: "Para a prossecução do objecto definido na Cláusula 1.ª e da execução nos termos previstos na Cláusula 3.ª é concedida, pela Câmara à Junta, uma verba até ao montante de €4.000,00. Mais se propõe delegar na Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos a execução das obras de Requalificação da Carral do Hospital/Megide e área envolvente, bem como a execução de passeios na Estrada Municipal 512, pelo valor remanescente da verba total atribuída por deliberação de 7 de Abril último, no montante de €27.616,84. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – CONTRATO COMODATO – EDIFÍCIO DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. TORCATO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: "Decorrente das obras de requalificação do edifício escolar de Mosteiro S. Torcato, para Centro Escolar, torna-se necessário assegurar a reinstalação das crianças do 1º Ciclo daquele estabelecimento escolar. Na sequência das diligências efectuadas, verifica-se que a Fábrica da Igreja encontra-se disponível para ceder a ocupação do seu prédio, pelo período necessário à



realização das obras, estimando-se que seja de um ano, para a instalação das crianças do 1º Ciclo. Em contrapartida, o Município assume as despesas necessárias à remodelação daquele imóvel, que orçamentam em €45.581,67, permitindo assegurar o acolhimento das mencionadas crianças e ministrar um ensino escolar de qualidade. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Torcato, com vista a satisfazer as necessidades do Município. Assim, deverá ser submetida a deliberação camarária a celebração de um contrato de comodato com a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Torcato para a cedência do prédio do Centro Paroquial da Freguesia de S. Torcato, inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 659º, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – CONTRATO COMODATO – ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DO 1º CICLO DE CANDOSO S. MARTINHO – Pº

RP/30/97 – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A OFICINA” – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL”, através da sua estrutura de criação, Teatro Oficina, desafiou vários criadores e artistas a produzirem em Guimarães as suas propostas e, conseqüentemente, estimularem a capacidade criativa no concelho. Este trabalho, que a OFICINA pretende levar a efeito ainda no corrente ano, necessita de um espaço capaz de dar resposta a um conjunto de necessidades específicas para o desenvolvimento dos projectos de criação já em curso. O projecto, que se pretende

estruturante, será impulsionado pela Capital Europeia da Cultura através de um projecto denominado "Teatro Estúdio" e significará também o crescimento do projecto do Teatro Oficina, que conta já com o Espaço Oficina como local de trabalho mas que se revela insuficiente para a implementação do pretendido. Deste modo, vem "A OFICINA" – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL", solicitar a cedência do edifício escolar de Candoso S. Martinho – Guimarães Nº 15, para instalação de um Centro de Criação Artística que pretende desenvolver em Guimarães. O edifício em causa encontra-se já desactivado da sua inicial finalidade. Assim, em caso de aceitação superior, e nos termos do disposto na alínea b), nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deverá ser submetido a deliberação de Câmara a cedência, à "A OFICINA" – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL" em regime de comodato, do prédio descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 579/20090107, da freguesia de Candoso S. Martinho e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 695, mediante a celebração de contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior." A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

AUMENTO DE CAPITAL – "COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS" – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "[Considerando](#) que: - [a estratégia levada a cabo pela Cooperativa Taipas Turitermas C.I.P.R.L., em estreita](#)



parceria com o Município de Guimarães, principal accionista, tendo em vista a requalificação da Estância Termal das Taipas; - o património que constitui a Cooperativa Taipas Turitermas e que configura a Estância Termal das Taipas, é a única a laborar no Vale do Ave e apresenta um potencial turístico elevado; - o produto de saúde e bem-estar é um produto estratégico, assim classificado pelo Plano Estratégico Nacional de Turismo e particularmente na Zona Norte pela Entidade Regional de Turismo e no Minho pela CCDR – Norte; - o Município de Guimarães tem apostado na requalificação da Estância Termal, apostando assim na diversificação da sua oferta turística e complementando a oferta cultural, patrimonial e paisagística famigerada; - no ano de 2010, essa aposta traduziu-se, no aumento de participação do Município de Guimarães no Capital da Cooperativa, no valor de € 250.000,00, destinados ao pagamento do projecto e requalificação do Edifício dos Banhos Velhos, tendo a Cooperativa, racionalizado o recurso construindo um SPA Termal e requalificando o Parque Infantil do Parque de Lazer; - no ano de 2011, a Cooperativa está a elaborar candidatura no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território – PROVERE MINHO – IN, no sentido de ver participado um conjunto de despesas com a requalificação da estância termal, onde se inclui a já executada requalificação dos Banhos Velhos, mas também o projecto de arquitectura objecto de concurso público nº 4758/2010 de 19 de Outubro e a consequente obra de requalificação dos Banhos Novos. Pelo acima exposto, vem aquela entidade solicitar o apoio da autarquia para fazer face às despesas com tal investimento, na parte não participada pelo referido programa. Como forma de apoio a esta cooperativa propõe-se, assim, que a Câmara Municipal aprove a realização de um aumento da participação do Município de Guimarães no capital

social daquela empresa, no valor de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros)." Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.01 e na unidade económica 09.07.02. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Este aumento de capital, sugerido pelo vereador Domingos Bragança, é o segundo num curto espaço de tempo, para a Cooperativa TAIPAS TURITERMAS. Ainda em Dezembro foi deliberado um aumento de capital da participação do Município na TAIPAS TURITERMAS, da ordem dos € 250.000,00, ao que acrescerá este aumento agora proposto, de € 150.000,00, totalizando uma transferência, num curto espaço de 6 meses, de € 400.000,00 para a TAIPAS TURITERMAS; para mais sob a forma que vai estando em voga no modo de actuação desta Câmara, que é o recurso ao aumento de capital, desequilibrando a configuração originária da estrutura societária. Não sendo frequente virem a reunião de Câmara reforços pontuais de transferências para cooperativas ou empresas municipais, esta circunstância coloca esta Cooperativa num invejável papel face às restantes, uma vez que tem conhecido reforços no capital disponível, acrescidamente às verbas dedicadas no Orçamento. São estranhas de facto estas necessidades crescentes e acrescidas de financiamento, sempre contando com a benevolência da comparticipação municipal. À primeira vista, poder-se-ia pensar que seria para pagar a campanha publicitária que esta empresa, que é detida por capitais públicos, faz, espera-



se, com os recursos de que dispõe. Mas a verdade é que é essencialmente para suportar a actividade absolutamente difusa, e estranhamente difusa, desta cooperativa, cujo objecto passou duma cooperativa dedicada à gestão de um espaço e estância termal para uma entidade com um objecto amplíssimo, que intervém, no espaço territorial das Taipas, nos sectores cultural, desportivo, entre outros, sectores para os quais dispõe o Município de cooperativas com experiência e vocação, como o são A OFICINA e a TEMPO LIVRE, pelo que se incompreende absolutamente, porque razão hão-de estas cooperativas ter competências nas áreas cultural e desportiva em todo o território concelhio, com excepção para a zona da vila das Taipas, cuja actividade nestas áreas, é assegurada pela TAIPAS TURITERMAS. A outra verdade é que este objecto amplíssimo, e cada vez mais amplo da TAIPAS TURITERMAS, não é mais do que uma tentativa clara de procurar utilizar-se a TAIPAS TURITERMAS como arma de arremesso político-partidário, como que tratando-se de uma Junta paralela, dotando-a de meios incomensuravelmente superiores aos da própria Junta de Freguesia, procurando subverter o resultado eleitoral, procurando alterar o que o povo quis pela discricionariedade da distribuição de fundos e pela arbitrariedade do objecto da própria cooperativa, colocando uma cooperativa a desempenhar funções com uma amplitude própria dos organismos institucionais, ao mesmo tempo que se coloca à míngua os legítimos representantes, eleitos pela população. Por discordarmos frontalmente deste método, de utilização de meios públicos em prol de objectivos partidários, votaremos **contra**.” -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DO EQUIPAMENTO ESCOLAR EB 2/3 DA VILA DAS TAIPAS – Presente a seguinte

informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "1. Objecto: Realização do projecto geral de execução de construção do equipamento escolar EB 2/3 da Vila das Taipas. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitectura, engenharias, avac, ventilação e qualidade de ar interior (bem como estudo de análise energética tendo em vista as necessárias declaração de eficiência energética); De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto geral de construção da escola EB 23 da Vila das Taipas, permitindo a requalificação funcional deste equipamento escolar (ajustando-o às novas orientações emanadas do Ministério da Educação) e, na prática, a construção de um edifício novo em substituição do actual complexo escolar que apresenta graves deficiências construtivas e um acentuado desfasamento do ponto de vista funcional. O projecto em causa visa dotar o edifício das condições necessárias ao normal funcionamento escolar, ajustado às especificidades funcionais, exigências de conforto e dimensionamento espacial hoje inerentes



a um equipamento escolar do segundo e terceiro ciclo. b) A despesa estima-se em €440.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Concurso público, tal como definido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. Em anexo, junta-se minuta do programa de procedimento e do caderno de encargos, “peças de procedimento” de suporte ao concurso público inerente à alínea d, número 3 do presente documento.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.05. A minuta do programa de procedimento e caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO EQUIPAMENTO ESCOLAR EB 2/3 DA VILA DE S. TORCATO – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento urbanístico: “**1. Objecto:** Realização do projecto geral de execução da reabilitação do equipamento escolar EB 2/3 da Vila de S. Torcato. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitectura, engenharias, avac, ventilação e qualidade de ar interior (bem como estudo de análise energética tendo em vista as necessárias declaração de eficiência energética); De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a

recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto geral de execução da escola EB 23 da Vila de S. Torcato, permitindo a requalificação funcional deste equipamento escolar (ajustando-o às novas orientações emanadas do Ministério da Educação) e a reabilitação/reconstrução física do todo o complexo escolar. O projecto em causa visa dotar o edifício das condições necessárias ao normal funcionamento escolar, ajustado às especificidades funcionais, exigências de conforto e dimensionamento espacial hoje inerentes a um equipamento escolar do segundo e terceiro ciclo. b) A despesa estima-se em €390.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Concurso público, tal como definido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. Em anexo, junta-se minuta do programa de procedimento e do caderno de encargos, “peças de procedimento” de suporte ao concurso público inerente à alínea d, número 3 do presente documento.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.05. A minuta do programa de procedimento e caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO DE REABILITAÇÃO E RECONVERSÃO FUNCIONAL DO EDIFÍCIO “TEATRO JORDÃO”**

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento urbanístico: “**1. Objecto:** Realização do Projecto de reabilitação e reconversão funcional do edifício “Teatro Jordão”. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitectura, engenharias, avac, ventilação e qualidade de ar interior (bem como estudo de análise energética tendo em vista as necessárias declaração de eficiência energética); De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto de reabilitação e reconversão funcional do edifício “Teatro Jordão”. Tratando-se de um edifício de forte valor afectivo para a cidade e de grande presença para a zona de Couros, o Teatro Jordão apresenta-se hoje devoluto e sinais de degradação construtiva. O projecto a elaborar contempla uma abordagem global ao edifício, visando a sua reconstrução e requalificação

global, manutenção dos seus valores patrimoniais mais relevantes e permitir a instalação de funções que apresentem, cumulativamente, uma capacidade de atracção de pessoas acentuada, uma complementaridade funcional com os programas em instalação na zona de Couros (Camp Urbis) e Vila Flor, e uma resposta a necessidades que hoje a cidade verifica. Nesta sequência, o projecto a elaborar potenciará a instalação de duas áreas de ensino artístico distintas, associadas à Escola Valentim Moreira de Sá e Universidade do Minho, disponibilizando-se a sala de espectáculos para suporte das actividades das mencionadas duas áreas de ensino artístico e outra programação que a cidade venha a registar...O mesmo projecto deverá conter todas as especialidades e elementos inerentes à legislação em vigor e pressupõe uma abordagem específica e atenta ao comportamento energético da construção e respectivo custos de manutenção e funcionamento. b) A despesa estima-se em €400.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Concurso público, tal como definido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. Em anexo, junta-se minuta do programa de procedimento e do caderno de encargos, “peças de procedimento” de suporte ao concurso público inerente à alínea d, número 3 do presente documento.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07. A minuta do programa de procedimento e caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----



CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJECTO DE ESPECIALIDADES DA REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIO MUNICIPAL PARA FUNDO AUDIOVISUAL DA BIBLIOTECA MUNICIPAL RAUL BRANDÃO

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento urbanístico: “**1. Objecto:** Realização do projecto de especialidades da requalificação de edifício municipal para fundo audiovisual da Biblioteca Municipal Raul Brandão. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em trabalho de equipam multidisciplinar englobando captação e tratamento de imagem vídeo, fotografia, história e arquitectura/planeamento urbano. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização do projecto de especialidades da requalificação de edifício municipal para fundo audiovisual da Biblioteca Municipal Raul Brandão de acordo com a Portaria 701-H/2008 (trata-se de um edifício de propriedade municipal, localizado à margem da Av. Cónego Gaspar Estação, número 606, que se encontra devoluto, e construtivamente apresenta alguns

sinais de degradação. A intervenção a realizar, suportada pelo projecto de arquitectura desenvolvido pela Divisão do Centro Histórico permitirá a reabilitação formal e construtiva do edifício e a sua reconversão funcional para um equipamento de apoio à actual Biblioteca Municipal Raul Brandão – fundo audiovisual – gerador de grande interesse e fluxo de pessoas). b) A despesa anual estima-se em €25.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste directo com convite a, pelo menos, três entidades de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos). Em anexo, junta-se cópia dos elementos de procedimento inerentes ao “ajuste directo” agora em causa.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07. Os elementos de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DO REGISTO AUDIOVISUAL (DO DESENVOLVIMENTO) DAS INFRA-ESTRUTURAS DIRECTAMENTE ASSOCIADAS A GUIMARÃES CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012 (CEC’12) – Presente a seguinte

informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “**1. Objecto:** Realização do registo audiovisual (do desenvolvimento) das infra-estruturas directamente associadas a Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência em trabalho de equipam



multidisciplinar englobando captação e tratamento de imagem vídeo, fotografia, história e arquitectura / planeamento urbano. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a realização de registo audiovisual de todo o processo infraestrutural e de transformação da cidade inerente a CEC'12. Este trabalho visa documentar a evolução do processo infraestrutural da CEC'12 e registar o testemunho de todos aqueles que participa, e agem sobre a cidade, sejam eles habitantes, decisores políticos, técnicos e outros. Deseja-se que documento seja parte integrante da memória da cidade e contribua para a compreensão do processo de requalificação e transformação da cidade. b) A despesa anual estima-se em € 75.000,00 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no Plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste directo com convite a três entidades de acordo com estipulado no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos). Em anexo, junta-se ficha de caracterização do procedimento de "ajuste directo". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica

01.03 e na unidade económica 07.01.15. A ficha de caracterização do procedimento dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DO CAMPO DE S. MAMEDE E REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DO MONTE LATITO”.

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: **1. Objecto:** Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as empreitadas referidas em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a



prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, da empreitada supracitada, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referida no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. b) A despesa total, considerando para o tempo estimado de duração da obra, será de 2.250€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo 1.050,00€+IVA referente à Câmara Municipal de Guimarães e 1.200,00€+IVA referente ao Instituto dos Museus e da Conservação, IP, nos termos do Regulamento das Entidades Adjudicantes. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.5.1.23 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondentes ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, com consulta a pelo menos 3 entidades, de acordo com o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – GESTÃO CORRENTE DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Juventude, Educação e Cultura: "**1. OBJECTO: GESTÃO CORRENTE DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA** – A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em gestão, manutenção, vigilância e limpeza de parques de campismo. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **2. Proposta.** Submete-se à

consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contrato que garanta a prestação deste serviço durante três anos, com início em 1 de Outubro de 2011 e termo em 30 de Setembro de 2014, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a gestão corrente do Parque de Campismo da Penha, contemplando a gestão, a segurança, a vigilância e a limpeza deste equipamento; b) A despesa estima-se em €95.000,00 anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 07020225, correspondente ao ano de 2011; d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante concurso público, ao abrigo dos art.ºs 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 02.02.25.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta, pelo que a seguir se transcreve: “É-nos proposta a contratação de uma empresa externa ao Município de Guimarães para a prestação de serviços de gestão corrente do Parque de Campismo da Penha, durante 3 anos, por concurso público, estimando-se a despesa em €95.000,00. É por outro lado sabido que, sendo o Parque de Campismo da Penha propriedade do Município, a sua gestão tem sido sempre adjudicada à Cooperativa TURIPENHA, sendo não o único mas um enfoque central da sua actividade e até razão de existência. Aliás, apesar de estarmos aqui a votar um concurso público para gerir o referido parque de campismo, é a própria empresa que, no seu website, mantém a divulgação da gestão do referido parque de campismo como uma



responsabilidade sua (<http://www.turipenha.pt/>). Acompanharemos, com atenção, os resultados do concurso público. Pois que é estranho que uma cooperativa possa perder uma actividade que representa cerca de 50% da sua actividade actual, muito embora a modalidade de concurso público, não o permita assegurar, contudo, se a TURIPENHA vier a perder a gestão daquele espaço, tal facto deve fazer com que devamos inclusive pôr em causa se continuará a fazer sentido a sua existência. Por outro lado ainda, a proposta que nos é trazida nada refere quanto à sazonalidade do período de abertura, pois que, como sabemos, o Parque de Campismo da Penha está aberto apenas no período de Verão, sendo que, como já aqui manifestamos na reunião de 24.03.2011, não se justifica num país com clima mediterrânico como Portugal, a abertura do parque apenas nos meses de Maio a Outubro, devendo ser ponderada uma extensão do período de abertura do parque. Por último, reiterar na importância da prometida requalificação do Parque de Campismo da Penha, adiada há mais de uma década. Uma vez que se trata de um dos poucos parques de campismo de montanha, no contexto europeu, sendo o adiamento da sua requalificação o adiamento de um projecto importante para Guimarães, e para o turismo de Guimarães, como um incentivo à sua diversidade e ao consequente incremento da fixação de turistas." -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (RELAÇÕES INTERNACIONAIS) – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Chefe da Divisão de Relações Públicas e Turismo, que mereceu a concordância do Senhor Presidente, propõe-se a abertura do procedimento concursal para

contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (Relações Internacionais). O posto de trabalho indicado na citada informação estava previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 4 de Novembro de 2010 o recrutamento para contratação por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Relações Internacionais), cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 32 de 15 de Fevereiro de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não haver candidatos que satisfizessem os requisitos exigidos. Não foi registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. Ora, considerando que o procedimento concursal referido, aberto recentemente, ficou deserto, resulta demonstrada a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Por outro lado, não se encontra constituída reserva de recrutamento neste município. Proponho, assim, o recrutamento excepcional, nos termos do disposto nº 2 do artº 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho. A presente proposta fundamenta-se, entre outras, nas exigências resultantes da globalização, procurando este município desenvolver novos mecanismos e competências que permitam oferecerem respostas adequadas e assertivas aos desafios emergentes que enfrenta quotidianamente. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que,



atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (DIREITO) – Presente a

seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pelo Director do Departamento de Obras Municipais de 7 de Julho de 2011, que mereceu a concordância do Senhor Presidente, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (Direito). O posto de trabalho indicado na citada informação estava previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 16 de Dezembro de 2010 o recrutamento para contratação por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Direito), cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 32 de 15 de Fevereiro de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não haver candidatos que satisfizessem os requisitos exigidos. Não foi registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. Ora, considerando que o procedimento concursal referido, aberto recentemente, ficou deserto, resulta demonstrada a

impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Por outro lado, não se encontra constituída reserva de recrutamento neste município. Proponho, assim, o recrutamento excepcional, nos termos do disposto nº 2 do artº 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho. A presente proposta fundamenta-se na necessidade permanente de apoio jurídico “in loco” para assegurar o cumprimento das cada vez mais exigências em termos de contratação pública, nomeadamente na verificação contínua do cumprimento da execução dos contratos nos termos do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, republicado pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ALTERAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA A RECUPERAÇÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DE JOÃO DE MEIRA – Presente, para ratificação, a Alteração do Acordo de Colaboração para a Recuperação Geral das Instalações da Escola Básica de João de Meira, celebrado em 23 de Maio de 2011 entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Direcção Regional de Educação do Norte e homologado pelo Secretário de Estado da Educação, que se anexa. A Alteração do Acordo de Colaboração para a Recuperação Geral das Instalações da Escola



Básica de João de Meira dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES (CIAC) E O CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DO VALE DO AVE/TRIBUNAL ARBITRAL – Presente a seguinte proposta: “Em

19 de Abril de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um acordo com o Centro de Arbitragem de Conflitos do Vale do Ave estabelecendo as condições em que se concretizaria a transferência dos serviços do Centro de Informação Autárquico ao Consumidor para as instalações do referido Centro de Arbitragem e se implementaria a colaboração entre ambas as entidades. Decorrido o período experimental necessário à avaliação da experiência, verifica-se que existe total interesse em manter e prolongar o acordo, que se tem revelado muito vantajoso para as partes, porquanto foi otimizada e simplificada a complementaridade de funções que, mesmo enquanto ocupavam locais distintos, se foi estabelecendo ao longo dos anos, com vantagens inequívocas para os utentes daqueles serviços. Deste modo proponho a aprovação da minuta de protocolo anexa, a celebrar entre o Município de Guimarães e o Centro de Arbitragem de Conflitos do Vale do Ave/Tribunal Arbitral.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO 2011 – Presente, para aprovação, a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Norte Cultural, que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica

04.07.01 A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta:** Assim, perguntou qual o enquadramento deste protocolo no âmbito da CEC/2012, uma vez que se trata da contratação de 8 concertos a levar a cabo pela Orquestra do Norte e o que justifica que estejam a ser gastos €42.000,00 numa actividade desgarrada da programação de CEC/2012. Perguntou, ainda, se haverá necessidade de se gastar ainda mais dinheiro em cultura – sobretudo na vertente espectáculo – do que aquele que já está previsto ser gasto no âmbito da CEC/2012. Perguntou ainda, concretamente, que “estando prevista a criação de uma orquestra sedeadada em Guimarães no âmbito da CEC/2012, não fará todo o sentido que Guimarães abandone ou reduza progressivamente as suas obrigações para com a Orquestra do Norte, numa altura em que podemos estar a ter que suportar uma orquestra local, em Guimarães, e ainda a subsidiar mediante protocolo uma outra orquestra de âmbito regional, como sucede através deste protocolo com a Orquestra do Norte?” Esclarecido de que se trata de um protocolo celebrado por várias câmaras municipais do norte do país, e mantendo o PSD a posição de que, no actual enquadramento de crise, e numa altura em que já temos investimentos previstos para a cultura na vertente espectáculo, e sobretudo para com uma orquestra a criar em Guimarães no âmbito da CEC/2012, não faz sentido manter a participação do Município de Guimarães na Orquestra do Norte, nos moldes habituais. O PSD decidiu abster-se apenas atenta a circunstância



de se tratar de uma obrigação já previamente assumida, mantendo a posição de que a mesma deveria ser revista o quanto antes. -----

PROTOSCOLOS – ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE PROXIMIDADE – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E O INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL – Presente a seguinte proposta: “A Lei de

Bases do sistema de Segurança Social salienta que a acção social é desenvolvida pelo Estado, pelas Autarquias e pelas instituições privadas sem fins lucrativos, de acordo com as prioridades e os programas definidos pelo Estado. No nº 6 do artigo 31º desta lei, refere-se que o desenvolvimento da acção social se concretiza no âmbito da intervenção local, pelo estabelecimento de parcerias, designadamente através da Rede Social, envolvendo a participação e a colaboração dos diferentes organismos, nomeadamente das autarquias; Considerando que uma das respostas da acção social que contribui para o combate à exclusão é o atendimento e o acompanhamento social de indivíduos em situação de risco ou exclusão; Considerando que é através da informação, da orientação e da mobilização dos recursos adequados, que se promove a melhoria das condições de vida e bem-estar, facilitadores da inclusão social; Considerando que o processo de implementação da Rede Social de Guimarães evidenciou a necessidade de se criarem gabinetes de proximidade para disponibilizar serviços às populações e contribuir para modelos de intervenção integrada, Submete-se à aprovação o Protocolo de colaboração entre o Município de Guimarães e o Instituto da Segurança Social, IP/Centro Distrital de Braga para o atendimento e acompanhamento social.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOSCOLOS – FIXAÇÃO DO MONTANTE DO FINANCIAMENTO A ASSEGURAR PELA AUTARQUIA À COOPERATIVA TEMPO LIVRE, CIPRL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 67º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO – Presente a seguinte proposta: “Em

Março de 2010, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou aprovar um protocolo de colaboração com a Cooperativa Tempo Livre, válido até ao final de 2012. Refere tal protocolo que, por deliberação a votar em 2011 e em 2012, a Câmara fixaria o montante global de financiamento e respectivo fraccionamento mensal respeitantes aos restantes anos de produção de efeitos do referido Protocolo de Colaboração. Nessa conformidade, proponho que o montante a atribuir à referida Cooperativa seja, em 2011, de €540.000,00 (quinhentos e quarenta mil euros), a pagar em mensalidades iguais, de Julho a Dezembro do corrente ano.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **O Vereador Amadeu Portilha não participou na votação da proposta.** -----

EDUCAÇÃO – ADENDA AOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO LECTIVO 2011/2012 –

Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, foi aprovado em reunião de Câmara de 19 de Maio de 2011, a celebração de acordos de colaboração com os Agrupamentos de Escolas no âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de



Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Dado que estes Acordos foram celebrados com base nas normas e orientações constantes do Despacho n.º 14 460 de 15 de Maio e que este foi alterado e republicado pelo Despacho n.º 8683/2011 de 28 de Junho, torna-se necessário proceder a uma Adenda aos referidos Acordos de modo a que o clausulado traduza as alterações contidas no novo normativo legal. A fim de ser presente em reunião de Câmara para deliberação, junto se anexa a respectiva Adenda.” A minuta da adenda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRECTOS) – ANO LECTIVO 2011/2012 – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “No quadro de competências e atribuições na área da Educação, e dando cumprimento ao disposto na alínea d), do artigo 19º, da Lei nº159/99, de 14 de Setembro, a Autarquia procede anualmente à transferência de verbas para os Agrupamentos de Escolas do Concelho, destinadas à comparticipação de livros e material escolar dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico abrangidos pela Acção Social Escolar (auxílios económicos directos). Nesse sentido, à semelhança dos anos lectivos anteriores, e de modo a que os alunos dos escalões A e B possam dispor do material necessário às actividades curriculares logo no início do ano, propõe-se que se proceda à transferência das verbas destinadas àquele apoio, tendo por base o número de alunos que beneficiaram de auxílios económicos directos no ano lectivo anterior, procedendo-se aos devidos acertos logo que os

Agrupamentos de Escolas disponham de informações actualizadas, referentes ao ano lectivo 2011/12. Assim, e considerando os valores mínimos de comparticipação dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, por escalão e ano de escolaridade (Escalão A: 1º e 2º anos - €39,30; 3º e 4º Anos - €45,30, Escalão B: 1º e 2º Anos - €19,60; 3º e 4º Anos - €22,70), determinados no Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de Acção Social Escolar da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, na redacção que lhe foi dada pelo Despacho 14368-A/2010, de 14 de Setembro de 2010, propõe-se a atribuição de uma verba global no valor de €108 050,70, para comparticipação de livros e material escolar de 1592 alunos abrangidos pelo escalão A e 1902 do B, conforme discriminado no mapa em anexo. À consideração superior.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio,



conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

GALA DO DESPORTO – ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO DA GALA DO DESPORTO | GUIMARÃES 2011 – Presente a seguinte

proposta do Vereador Amadeu Portilha: "No âmbito da **Gala do Desporto | Guimarães 2011** e na sequência da aprovação do **Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva** em reunião de Câmara a 4 de Março de 2010 e em Assembleia Municipal a 29 de Abril de 2010, com as alterações introduzidas pela reunião de Câmara de 10 de Fevereiro de 2011 e na Assembleia Municipal de 11 de Março de 2011, venho comunicar que os atletas premiados nas categorias previstas no referido regulamento foram os seguintes: **Jovem Revelação Masculino 2011 – João Pedro Faria** – Atleta de Rugby do GRUFC; **Jovem Revelação Feminino 2011 – Magda Martins** – Atleta de BTT do Vitória Sport Clube/Bikeworld; **Atleta do Ano Feminino 2011 – Andreia Gomes** – Atleta de Natação do Vitória Sport Clube; **Atleta do Ano Masculino 2011 – Paulo Mendes** – Atleta de Atletismo do GD Unidos do Cano; **Atleta de Desporto Adaptado 2011 – José Alberto Rocha** – Atleta de Judo do GD CERCIGUI.

Mais informo que as votações realizadas pelos membros da Comissão de Avaliação, resultando nas nomeações e nos respectivos premiados, derivam de candidaturas apresentadas a cada uma das categorias durante o período superior a 3 meses, tendo sido analisadas na sua totalidade. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal ratifique as deliberações tomadas pela mencionada Comissão de Avaliação e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios." **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE SERZEDELO

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Serzedelo, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa.” A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE TABUADELO

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Tabuadelo, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa.” A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DO SOBREIRO – FREGUESIA DE AZURÉM

– Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Azurém, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa.” A planta com a



alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ATÃES – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Atães aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 44 – Rua das Bouças – Tem início na Rua Nossa Senhora da Guia e termina no entroncamento com a Rua Pé de Vide. Assim, nos termos da alínea v), do n.º 1, do art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Atães.” A planta toponímica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ACADEMIA DE MÚSICA E BAILADO DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 1 de Julho de 2011, que disponibilizou, à Academia de Música e Bailado de Guimarães, o transporte, em autocarro, de 12 elementos da delegação de uma escola de Igualada que apresentou um espectáculo de dança no Paço dos Duques de Bragança, nos passados dias 7 e 10 de Julho. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-

Presidente da Câmara, datado de 30 de Maio de 2011, que disponibilizou, à Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social, o transporte, em autocarro, de dos moradores residentes na Urbanização da Emboladoura, em Gondar à Urbanização da Atouguia, no passado dia 17 de Junho.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----

SUBSÍDIOS – CÍRCULO DE ARTE E RECREIO – RMECARH nº 501143645/RMECARH – Presente a seguinte proposta: “Face ao estado de degradação da cobertura do edifício que alberga a sede do Círculo de Arte e Recreio, e, em consequência, aos prejuízos nas restantes partes do edifício provocadas pelas infiltrações, vem a respectiva Direcção procurando de há largos anos a esta parte reunir o montante necessário à total reabilitação da referida cobertura. Em Setembro de 2009, na sequência de uma visita ao edifício situado na Rua Francisco Agra, o então Ministro da Cultura assumiu o compromisso de assegurar, por parte do Ministério da Cultura, uma comparticipação financeira para aquela intervenção, apenas condicionada à garantia de comparticipação equivalente por parte do Município de Guimarães. De imediato, a Câmara Municipal de Guimarães transmitiu ao Círculo de Arte e Recreio que assumia igualmente o compromisso de atribuir um subsídio de montante idêntico ao que o Ministério da Cultura viesse a disponibilizar, ficando assim satisfeita a única condição estabelecida por aquele membro do Governo para que a intervenção pudesse ser viabilizada. De posse destas garantias, e atendendo à urgente necessidade de estancar a degradação geral do edifício resultante do deficiente estado da sua cobertura, a Direcção do Círculo de Arte e Recreio decidiu então avançar com as obras, tendo já



realizado trabalhos no montante de €51.410,00. Recentemente, instado por diversas vezes a pronunciar-se sobre a forma como se concretizaria o apoio garantido em 2009, o Ministério da Cultura veio informar que estaria a negociar com a Fundação Cidade de Guimarães a possibilidade de, no quadro da comparticipação nacional para financiamento da Capital Europeia da Cultura, ser canalizado para o Círculo de Arte e Recreio o montante em causa. Ainda que tal negociação não tenha ainda resultados definitivos, o facto é que a Direcção do Círculo de Arte e Recreio avançou para a realização das obras com a legitimidade que lhe era conferida pela convicção de que havia assegurado o montante necessário e vê-se agora a braços com uma dívida avultada e com as constantes reclamações de pagamento por parte da empresa que contratou para as realizar. Deste modo, e considerando: - o compromisso recentemente reafirmado pelo Ministério da Cultura; - a convicção de que a Fundação Cidade de Guimarães assumirá oportunamente tal encargo, nos moldes determinados pelo mesmo Ministério; - a urgência em satisfazer os compromissos financeiros assumidos por aquela associação cultural; - o inquestionável interesse público de que se revestem aquelas obras, fundado na importância para Guimarães de assegurar as condições para que o Círculo de Arte e Recreio possa continuar a desenvolver as suas actividades e intervenção cultural, Proponho, ao abrigo do nº 6 do Artigo 2º do Regulamento Municipal nº 606/2010, que a Câmara Municipal de Guimarães atribua ao Círculo de Arte e Recreio, inscrito no RMECARH sob o nº 501143645/RMECARH, um subsídio de €30.000,00 (trinta mil euros) destinado a participar nos custos de remodelação da cobertura do seu edifício-sede, localizado no nº74 da Rua Francisco Agra, em Guimarães.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO DA CERCIGUI – OFERTA DE MÁQUINA FOTOGRÁFICA À CERCIGUI – RMISG Nº

500636834/10 – Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo da CERCIGUI tem um conjunto de atletas que integram selecções nacionais de diversas modalidades desportivas, estando, portanto, envolvidos em diferentes competições. No sentido de poder documentar tais participações, a CERCIGUI, inscrita no RMISG sob o nº 500636834/10 solicitou à Câmara Municipal a oferta de uma máquina fotográfica. Considerando o interesse público de que se reveste a actividade da CERCIGUI e especialmente do respectivo clube desportivo, proponho, nos termos do nº 6 do art. 9º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, a oferta de uma máquina fotográfica, cujo valor importa em €86,10 (oitenta e seis euros e dez cêntimos).”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – X FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do X Festival de Folclore, a realizar no próximo dias 4 de Junho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €8,50 (oito euros e cinquenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – IRMANDADE DE S. TORCATO – ROMARIA GRANDE DE S. TORCATO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –



Presente um ofício da Irmandade de S. Torcato solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Romaria Grande de S. Torcato, a realizar nos próximos dias 1, 2 e 3 de Julho. Propõe-se a atribuição, à Irmandade de S. Torcato, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €48,80 (quarenta e oito euros e oitenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----